

Internet e memória coletiva: uma análise do *site* da cidade de Sumé-PB*

Madson J. Albino Rafael**

“A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. [...] Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”.

(Ítalo Calvino - *As cidades invisíveis*)

Resumo: A cidade e a memória eletrônica é o tema central deste trabalho monográfico que procura explorar o modo como as técnicas arquivais redimensionam a memória coletiva e o sentimento de pertença na contemporaneidade. Neste instante, é importante percebermos como a busca por mecanismos que gerem relações e sentimentos comuns surge em diversos locais do mundo, guiado pela proposição da globalização. Confrontando a discussão de comunidade na teoria sociológica clássica e o debate sobre comunidade virtual, analisaremos como as novas tecnologias da informação manifestam um tipo de sociabilidade que une pessoas, favorecendo assim um modo de escapar ao distanciamento e a frieza da vida moderna. A partir do site não oficial da cidade de Sumé, no estado da Paraíba, que trata de diversos aspectos, como sua história, cultura, economia, entre outros, buscamos entender a sua estruturação como arquivo e a seleção do que é registrado, sabendo-se que outras possibilidades são deixadas de fora. Desta forma, desejamos perceber quais os mecanismos de imputação de identidade em jogo e os possíveis mitos que fundam a cidade como instituidores da memória e do pertencimento.

Palavras-chave: Comunidade, memória coletiva, pertencimento, desterritorialização, reterritorialização, arquivo, ciberespaço

* Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da UFPB, no 2º semestre letivo de 2003, sob orientação do professor Aécio Amaral Jr., como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia. Trabalho classificado em primeiro lugar na edição 2004 do Prêmio Honorífico Florestan Fernandes de Monografias, promovido pela Coordenação do Curso de Ciências Sociais.

** Bacharel em Ciências Sociais pela UFPB e membro do GETS (Grupo de Estudos em Tecnologia e Sociedade) do Dept. de Ciências Sociais/UFPB. (mjarafael@uol.com.br)

CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 9, set./2005, p. 96-151.
<http://www.cchla.ufpb.br/caos>

Introdução

O brasileiro está gastando mais com vestuário, enquanto corta despesas com saúde, leitura e recreação. Também gasta mais com a TV a cabo e Internet do que com feijão e arroz. (...) Por sua vez, o fascínio pela tecnologia está pesando no bolso das famílias. As mensalidades com Internet passaram a levar de 0,04% da renda para 0,57%. Já os gastos com TV por assinatura subiram de um comprometimento de 0,40% para 0,90% da renda entre as duas pesquisas (fonte: Folha Online, Luiz André Ferreira, 08 de Janeiro/2004, 17h14).

No trecho acima, extraído de uma página de abertura de um provedor bastante

conhecido dos usuários de Internet, o que nos chamou a atenção antes de tudo foi a informação quanto à preferência nacional *feijão e arroz*, tidos como a alimentação básica do brasileiro. Ora, segundo a informação o consumo destes itens estaria diminuindo; assim informa a manchete: *Brasileiro reduz gasto com arroz e feijão e aumenta despesa com TV a cabo e Internet.*

Assim, segundo este informe, podemos perceber como há, cada vez mais, uma busca por informação no contexto atual. Não é nossa intenção verificar se isto é verdadeiro, falso ou exagerado, no momento, isto não importa. O que importa é constatar o uso das novas tecnologias e perceber os rumos que têm tomado, a partir de uma lógica informacional, onde os interesses mais variados têm procurado sua configuração no espaço da rede mundial de computadores.

É imprescindível pensar que ao clicarmos o *mouse* do computador podemos acessar conteúdos variados e estarmos conectados com alguém que esteja do outro lado do mundo. Isto tem se tornado comum e o próprio cotidiano das pessoas não consegue escapar. O nosso interesse neste estudo é perceber como isto ocorre e a partir de quais mecanismos.

Sabemos que isto faz parte de um movimento de grandes avanços tecnológicos que vem se afirmando desde a década de 1980, mais fortemente na segunda metade da década de 1990. Também percebemos

que isto é o resultado de novas linguagens, mudanças no comportamento e que influenciam diretamente o cotidiano dos grupos sociais.

Nos interessa problematizar a Internet como um instrumento capaz de se tornar um repositório de memória de uma cidade, no caso a cidade de Sumé na região do Cariri paraibano. A vivência em comunidade pressupõe algumas características que a meu ver estão passando por mudanças e adaptações. Por isso pretendemos entender a seguinte questão: como o sentimento de pertencimento pode ou não estar presente nesse contexto de comunidade virtual? Sendo assim, onde caberiam as noções de interação num contexto de não-presença? Como, através da tecnologia informacional, podemos apreender a (re)construção de identidade para esta comunidade? De fato, queremos perceber como é feita a seleção do conteúdo do site em questão para entendermos com um olhar amplamente crítico, que possa satisfazer indagações próprias do processo de pesquisa, com o objetivo de conhecer, da melhor forma possível, como, dentro de um tempo determinado, variedades de informações percorrem milhares de quilômetros em segundos com tanta velocidade, construindo identidades e possibilitando a provável representação de uma cidade.

E é neste contexto que vem se efetivando toda uma estrutura de modelo arquivado de memória e uma nova era na comunicação humana, que a princípio parece ter duas características importantes: a alta velocidade do fluxo de informações e a relação virtual que encurta distâncias.

Para tal empreendimento, trataremos da questão observando e analisando o *Site Não Oficial da Cidade de Sumé na Paraíba*, ou seja, como a memória da cidade é reconstruída e lançada no conteúdo do *site* e quais as implicações de tal empreendimento.

Pode-se constatar, de fato, que:

O ciberespaço oferece objetos que rodam entre os grupos, memórias compartilhadas, hipertextos comunitários para a constituição de coletivos

inteligentes. (...) Um dos orgulhos da comunidade que fez crescer a Net é ter inventado, ao mesmo tempo que um novo objeto, uma maneira inédita de fazer sociedade inteligentemente (Lévy, 1996, p.129).

De acordo com a citação acima, vemos que o ciberespaço constitui uma nova forma de configuração dos relacionamentos humanos através da Internet. Encontramos, desse modo, argumentos para justificativa da escolhas do tema deste trabalho, baseado nos conceitos de memória coletiva. Notadamente, não basta afirmar isto, precisamos entender como isto se dá ou a partir de quais mecanismos. A noção de memória compartilhada é central para todo o trabalho a seguir, portanto, tentaremos abstraí-la vendo suas possíveis nuances e contribuições para o processo de reconhecimento inerente à comunidade. No caso específico do site sobre a cidade de Sumé-Pb, este se constitui num objeto possível de ser analisado e debatido, pois se trata de uma forma de interação social mediada por um computador conectado.

Considerando que o tema proposto é ainda pouco estudado, ficamos numa condição um tanto desconfortável quanto às escolhas a serem feitas. Porém, essa condição leva a crer que precisamos ousar em nossas investigações sem nos preocuparmos aonde isso nos levará. Sobre isto, Becker nos diz que: *"... os sociólogos deveriam se sentir livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo"* (Becker, 1997, p. 12).

Neste momento, a sugestão, e por que não dizer, o incentivo do autor acima citado, foi muito importante. Deu para suprir a grande dificuldade, a saber, o de inserção. Como tomar o site da cidade de Sumé como possível de ser pesquisado e de que forma se daria esta inserção. Investigaríamos o quê, afinal? Os membros da comunidade? Os criadores do site? Pois bem, diante destas questões, decidimos elaborar uma análise do conteúdo discursivo do site e seus possíveis desdobramentos que implicassem na utilização e no reforço da memória da cidade. Portanto, deixamos de lado, ao menos neste trabalho monográfico, a utilização do

correio eletrônico para obter respostas, pois poderia se tornar algo óbvio. Ficamos com a necessidade de conhecer ou tentar abarcar o conteúdo como um todo e perceber nisto as marcas de quem o constrói e participa ao mesmo tempo. Resolvida esta etapa do processo, *“a matéria-prima para o início de uma análise séria da questão está disponível”* (Becker, 1997, p. 36). O site ou os que nele se conectam? Foi preciso colocar esta questão em ordem. Não é o problema simples de como obter respostas, e sim como é possível investigar o que está sendo escrito no site, criando ou recriando memória? Continuando, Becker (1997, p.41), afirma que: *“Seria interessante também, saber o que realmente influencia as escolhas feitas, mas parece-me ser mais importante para nós, como sociólogos ativos, saber o que estamos escolhendo quando de fato escolhemos”*.

No sentido que optamos por empregar neste trabalho, devemos concordar que estas considerações nos levam a uma dinâmica por conta do próprio objeto escolhido e o modo de encará-lo. Pois, se iremos falar de virtual, estaremos relembrando o real e por conseguinte neste âmbito de considerações preliminares encontraremos – esperamos que sim – as suas prováveis facetas.

O sítio sume.cjb.net, como um espaço virtual, é um meio de se criar ou (re)fundar a memória através do seu conteúdo, a partir do que é escrito, das imagens veiculadas, como fotos organizadas por décadas e notícias atuais. Partindo de formulações próprias e que surgiram no decorrer da pesquisa e das leituras, é preciso que fique claro o motivo da escolha do pesquisador por uma outra metodologia. Segundo Becker, isto está posto no que ele chama de *“reino do saber técnico informal”* onde as hipóteses podem ser desenvolvidas a partir de *“conversas casuais e outros meios similares”* (Becker, 1997, p.43). Foi importante perceber esta abertura que o autor deixa através do exposto acima, do que ele denomina de: conversas casuais e meios similares, o que dá espaço para que o pesquisador possa ousar e fazer com que o que parecia difícil de ter solução encontre um caminho.

Dessa forma, este trabalho está dividido em três capítulos e uma última parte conclusiva. No primeiro capítulo, busca-se aprofundar o significado da idéia de comunidade na teoria sociológica clássica. Quais as noções fundamentais para o entendimento de possíveis conceitos sobre a vida em comunidade, a partir dos autores que constituíram e fundamentaram a disciplina sociológica, no contexto de embate entre as teorias iluministas e as teorias baseadas na hermenêutica. Tomamos este capítulo como base para o debate na busca de percebermos no capítulo seguinte – e em todo o trabalho – a guinada que a teoria de Walter Benjamin proporcionou e ainda proporciona ao debate sobre tradição e reprodutibilidade técnica e que será tomada como aporte teórico a ser seguido.

No segundo capítulo, trata-se de colocar a questão da memória coletiva e o contexto da sociedade da informação. Aqui se entrecruzam as noções de comunidade e pertencimento ao grupo, como uma atividade que favorece a memória, por isso optamos por denominar memória coletiva. Este capítulo explora a noção de arquivo nos moldes tradicionais, e quando parte para a descrição da sociedade informacional busca compreender como o arquivo eletrônico é construído e quais as suas determinações quanto ao suporte técnico.

No terceiro capítulo, é feita uma contextualização, dessa vez espacial. Traz-se para a cidade de Sumé a questão da instituição da região Nordeste, como um mecanismo que influencia na formação identitária dos seus habitantes. O discurso regional é revisto, através do *site*, como um possível demarcador de fronteiras que constrói a noção de pertencimento comunitário. Acrescentamos a isto a reconstrução histórica do mito fundador da cidade e como ele é remodelado para o fortalecimento da identidade que se busca construir, através de mecanismos ideológicos.

Enfim, a conclusão trata de retornar a análise que consiste, segundo Featherstone (2003), em averiguar o ciberespaço como arquivo, assim como sua importância e sua relação com alguns aspectos colocados no

primeiro e segundo capítulos como as noções de comunidade nos moldes tradicionais e o pertencimento, mediado pela Internet, buscando, dessa forma, deixar em aberto as reflexões que se possam fazer a respeito da busca de interação.

O Debate sobre Comunidade na Teoria Sociológica Clássica

A partir das teses sobre as novas tecnologias da informação é que esta pesquisa se fundamenta, por se tratar de uma forma de arquivamento baseada no mundo virtual, onde milhões de usuários da Internet mantêm uma busca constante por informações e conteúdos mais variados possíveis como o que aqui se pretende analisar. É preciso nos debruçar sobre a questão da escrita como instrumento de memorização para a sociedade, especialmente sobre o viés do uso de instrumentos eletrônicos de última geração, ou seja, de como a memória tem sido virtualizada. Como afirma Pierre Lévy (1996, p.38): o aparecimento da escrita acelerou um processo de artificialização, de exteriorização e de virtualização da memória que certamente começou com a hominização.

Esta opção de entendimento é bastante aliviadora quando sofremos ao imaginar a humanidade dominada e vigiada pelas máquinas, e não é intenção nossa adotar aqui este ponto de vista; porém, não cabe deixá-lo totalmente de lado, pois servirá como contraposição para melhor esclarecer nossa escolha teórica.

É importante mencionarmos a questão da seleção, ou seja, o que entra ou não na formação ou configuração da cultura de arquivo através das novas tecnologias de informação. Mike Featherstone, em seu artigo Culturas de Arquivo, aborda este entre outros pontos relevantes, onde ele afirma que, *“um dos potenciais das novas tecnologias de informação, como a INTERNET, é para novos princípios de classificação e conectividade, tais como o hipertexto, que favorece o acaso e o estabelecimento conexões menos hierárquicas.”* (2003, p.24).

Deste modo, pensaremos a classificação do que será arquivado e como aquele que está navegando na INTERNET pode interferir no conjunto do que está sendo dado. Quando tratamos de averiguar sobre o que esta nova forma de arquivamento de memória pode provocar, é preciso pensar na questão do lugar, ou seja, nas possibilidades através das quais a INTERNET foge do tradicional e lança as bases para um novo processo de entendimento de memória que envolve apenas o indivíduo e a máquina em seu amplo poder de conectividade. Sendo assim, segundo Caygill:

Isto é nada menos que uma nova cultura de memória, na qual a memória não está mais situada em lugares específicos ou acessíveis de acordo com a mnemônica tradicional, nem é mais um estoque ao qual é necessário obter acesso, com todas as hierarquias de controle que isto implica (2003, p. 58).

Em suma, sociedade da informação, seleção de conteúdos, ou seja, o que é arquivado e a questão do lugar são eixos nos quais estaremos nos baseando e será melhor discutido no próximo capítulo, a partir de autores como Derrida, Featherstone e Caygill, no sentido de compreender como as técnicas arquivais redimensionam a memória coletiva e o sentimento de pertença, no caso do site da cidade de Sumé-PB.

Para tal empreendimento faz-se necessário explicitar antes o conceito de comunidade na tradição sociológica, o qual se constituirá uma ponte para a compreensão do conceito de comunidade virtual, tentando fazer com que as implicações fundamentais levantadas pelos autores escolhidos, ora próximas ora discordantes, possam nos auxiliar no tocante aos problemas levantados por esta pesquisa.

Os autores que trazemos para este debate sobre comunidade, que optamos chamar de tradicionais na teoria sociológica, como E. Durkheim, F. Tönnies, G. Simmel, M. Weber e W. Benjamim estão inseridos no embate da discussão entre os pensadores iluministas, com a idéia do sujeito universal, em oposição à hermenêutica que tem como base do conhecimento o pertencimento à cultura. Leiamos a seguinte afirmação:

Acontece, porém, que a operação mental par excellence que marca a gênese da modernidade e demarca sua *differentia ultima* em relação à sociedade tradicional e ao Antigo Regime é justamente a abstração que se faz de toda 'diferença' na elaboração da noção de indivíduo universal (Dumont, 1977, apud Pierucci, 1999, p.112).

Assim sendo, tomemos o esclarecimento acima como base do que chamamos de idéias iluministas, influenciadoras da busca por um modelo prático de um sujeito igual e desprovido de qualquer diferença. Assim: Isto implicava que todos os corpos e todos os portadores de interesses deveriam participar ativamente, e legitimamente, no processo de criação das obrigações jurídicas e de normas válidas para todos (Pierucci, 1999, p.112).

Diante desta afirmação, fica claro que a discussão iluminista, a partir da noção de igualdade, girava em torno do projeto de civilização que, notadamente, criava um modo de viver e de pensar que impunha a não diferença, ou seja, se somos todos iguais, devemos nos engajar nos mesmos objetivos e em um mesmo tipo de moral, nos portaremos como sendo uma só nação, um só povo.

É neste ponto que surge a questão da *diferença cultural*, ou seja, contrariando o ideal iluminista que se baseava numa natureza de iguais, a hermenêutica estabelece o ser humano a partir dos seus costumes locais, de suas particularidades, de noções relacionadas a cultura. A razão universal colocada como soberana tinha como base o indivíduo iluminado despojado da tradição, portanto, sem os seus costumes, sua base cultural. A cultura é tomada pelas grandes narrativas do mundo moderno como uma "antinatuzera", instalando-se assim a contraposição, nos termos de Pierucci, a *anti-diferença* (1999, p.151s). Vejamos algo mais que o autor nos diz a respeito da *cultura moderna universal*: Mesmo quando o enfoque das teorizações é enfaticamente cultural, é impossível deixar de tratar a globalização como um processo de produção e reprodução da desigualdade em escala mundial (1999, p. 166).

Convém, neste instante, pensarmos em termos da atualidade, ou seja, no suposto mundo globalizado, como estas narrativas têm propiciado a configuração do debate entre o particular e o universal, que se tem dado por certo e irreversível, sendo esta a base da discussão no momento. Mesmo num instante em que a insegurança é uma característica marcante do nosso tempo, onde desde o terrorismo entre nações até a violência no cotidiano, fazendo ver que o sentido de 'aldeia global' pode e deve ser questionado. A aceleração tecnológica, principalmente em relação ao fluxo de informações e com a conseqüente digitalização da vida, o espaço modificado, a noção de ciberespaço e trânsito 'livre', deixa a desejar quando olhamos mais profundamente a questão.

Após este percurso, no qual tentamos traçar um panorama, ainda que bastante sucinto, das grandes narrativas que circulam entre as ciências humanas, notadamente as ciências sociais, acreditamos na utilidade desta contextualização que de vez em quando será lembrada. Vale ressaltar que alguns detalhes surgirão no próximo capítulo, quando tivermos que citar autores como Stuart Hall, sobre identidade cultural num cenário global e Zigmunt Bauman, em relação à questão da comunidade no mundo atual. No momento vejamos o que nos tem a dizer os autores da teoria sociológica clássica.

A tradição e a modernidade expressas em Tönnies e em Durkheim

Em seu estudo "*Comunidade e Sociedade*", Ferdinand Tönnies faz uma distinção empírica entre estas instâncias, em que se baseia nas ações dos indivíduos. Para ele, na comunidade prevaleceriam as relações de confiança e intimidade que fariam com que os seus membros estivessem próximos uns aos outros como um organismo vivo. O contrário seria a sociedade, onde prevaleceria a justaposição de indivíduos com uma determinada independência em suas relações, ou seja, estas relações seriam artificiais. Vejamos isto nas palavras de Tönnies (1973, p.96), onde

ele afirma que: A própria relação e, conseqüentemente, a associação, podem ser compreendidas ou como uma vida real e orgânica – é então a essência da comunidade – ou como uma representação virtual e mecânica – é então o conceito de sociedade.

O pertencimento a uma comunidade começa com o nascimento, daí a importância, neste momento, da relação maternal, do instinto sexual e da relação fraternal, sendo estes os componentes iniciais da teoria da comunidade de Tönnies.

Um aspecto que destacamos é a noção de compreensão exposta por Tönnies (1973, pp.102-103): A compreensão, portanto, baseia-se num conhecimento íntimo dos outros, na medida em que ela é condicionada por uma participação direta de um ser na vida dos outros pela inclinação de partilhar suas alegrias e sofrimentos.

Portanto, a *compreensão (consensus)*, segundo o autor, está relacionada aos sentimentos que possibilitem a vida em comunidade. É importante destacar o que ele denomina de “inclinação de partilhar”, ou seja, se há o sentimento mútuo da compreensão, este é acompanhado do ato de partilhar como uma forte característica da vida em comunidade.

O autor, em determinado momento do seu estudo, dá destaque à questão da língua comum que, primordialmente, sustenta as relações comunitárias, fazendo com que haja a comunicação onde possa a comunidade ser o palco das expressões “(...) *de dor e prazer, medo e desejo*” (p.103), ou seja, fica claro que a língua é a base das relações e expressa a ação da comunidade a partir da confiança. Isto surge primeiramente entre mãe e filho, por isso o autor destaca a importância da língua materna, para o fortalecimento dos laços sanguíneos e demais relações que envolvam a comunidade.

Em suma, a compreensão é a unidade básica da vida comunitária, é ela que possibilita a intimidade e as ações em comum, é como se fosse o motor da comunidade, principalmente quando levamos em conta o seu significado consensual.

O fundamental para se entender a teoria da sociedade, em Ferdinand Tönnies, é que esta não possui “uma unidade *a priori*” (p.106), como é a compreensão para a teoria da comunidade. O que caracteriza a sociedade são as relações de troca, estabelecidas por um valor comum às coisas, por exemplo, as trocas de serviços ou a utilidade que algo possui, ou seja, o que está em jogo é a vontade comum, que, neste momento, pode ser considerada como uma unidade, à medida que os interesses e a utilidade estabeleçam as relações.

O contrato é a garantia da troca, que é considerada como ato social, surge assim a relação devedor-credor, onde fica convencionado que os contratos devem ser observados. Isto demonstra a relação contratual inerente à sociedade, tendo como base o acordo de todos. Tönnies (1973, p.112) nos diz: A forma simples da vontade social comum, na medida em que estabelece esse direito natural, eu a chamo convenção.

Pode-se estabelecer aqui mais uma distinção entre comunidade e sociedade, a saber: a primeira tem sua ação baseada na concórdia, enquanto a outra na convenção, ou seja, baseada em usos e costumes, de acordo com a utilidade geral, sendo isto próprio da sociedade, diferentemente da vontade tradicional existente na comunidade, que, segundo o autor, não é mais apropriada à sociedade. De acordo com o que se segue:

A sociedade, portanto, pela convenção e pelo direito de um agregado, é compreendida como uma soma de indivíduos naturais e artificiais, cujas vontades e domínios se encontram em associações numerosas, mas que permanecem, entretanto, independentes uns dos outros e sem ação interior recíproca (Tönnies, 1973, p.113).

Desta forma, temos o conceito de sociedade civil ou mercantil, onde prevalece a concorrência geral, ou seja, os objetos tornam-se primordiais, e as relações são mantidas por contratos, sendo fundamental a atuação do Estado.

Nisto percebemos uma ruptura entre comunidade e sociedade, ou seja, na teoria de Tönnies, baseada em questões práticas, este idealiza uma mudança no que configuraria estes dois momentos, estabelecendo deste modo uma quebra entre tradição e modernidade, algo que contextualizado é marcante para o âmbito das Ciências Sociais, expressamente a Sociologia.

Nestes termos, podemos dispor da teoria de E. Durkheim, quanto ao que ele denomina de solidariedade mecânica ou por similitudes e solidariedade devida à divisão do trabalho ou orgânica.

Bem diverso é o caso da solidariedade produzida pela divisão do trabalho. Enquanto a precedente implica que os indivíduos se assemelhem, esta supõe que eles diferem uns dos outros. A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual é absorvida na personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera de ação própria, por conseguinte uma personalidade (Durkheim, 1995, p.108).

A solidariedade mecânica é colocada pelo autor como sendo a coletividade que prevalece sobre o indivíduo. A solidariedade orgânica caracteriza-se pela interdependência das partes funcionalmente dispostas, onde cada parte contribui para a normalidade do todo social. Sendo esta última o modo pelo qual Durkheim enxerga a modernidade, onde a divisão do trabalho contribui para a harmonia do sistema. O que ele pretende demonstrar é que a sociedade moderna não se *desintegrará* devido ao abandono crescente dos costumes e da moral vigente na chamada solidariedade mecânica, seria, exatamente, a divisão do trabalho que levaria à estabilidade do organismo social (Giddens, 1994, p.117).

Com esta discussão pretendemos deixar claro o quanto é possível estabelecer conexões entre estas teorias, que se baseiam nas mudanças ocorridas no século XIX e início do XX para entender a sociedade. Não pretendemos cometer arbitrariedades ao estabelecermos convergências ou divergências, a proposta deste modo de ver os conceitos é apenas a de

suscitar esclarecimentos, baseados na contextualização das teorias, como fizemos anteriormente.

Parece-nos pertinente ver, no conceito de solidariedade mecânica de Durkheim, o conceito de comunidade de Tönnies baseada na *compreensão* mútua e nas tradições. Onde a “*convenção*” pode ser também entendida como “*normas*” de coesão social (Durkheim, 1995, p.78). Entendemos que a convenção seria instante posterior, ou seja, em Tönnies convenção é diferente da concórdia existente na comunidade, esta seria inerente às relações societárias e em Durkheim à solidariedade orgânica.

O conceito de sociedade de Tönnies, ao mesmo tempo, pode implicar na discussão de Durkheim sobre a solidariedade orgânica, no tocante a ambas representarem o momento do despontar da modernidade. Isto pode ser evidente, mas o que os afasta é o estabelecimento da divisão do trabalho como instrumento unificador e organizador da sociedade industrial, haja visto que Tönnies não trata desta questão, ao menos nestes termos, o importante para ele seria a vontade comum, baseada em interesses comuns.

A cidade sob o olhar de Weber e Simmel

Neste mesmo âmbito podemos estabelecer uma convergência com Weber, que trata da questão da convenção como *habitus*, expressos pelos indivíduos pertencentes a uma mesma formação. Vejamos o que Weber nos afirma, partindo do conceito de cidade até chegarmos às relações comunitárias, nas quais o conceito de *habitus* faz parte:

Nas cidades, as casas estão em geral muito juntas, atualmente, via de regra, com as paredes encostadas (WEBER, 1979, p.69). Com isso o autor está ressaltando a oposição à vida no campo, ao feudo, mais precisamente. O que de início nos leva a imaginar a cidade como uma “grande localidade”, o que para o autor não diria tudo, seria uma imprecisão, por se tratar de uma característica de ordem quantitativa. O

algo mais que Weber ressalta, ou seja, o que está além da quantidade, da simples aglomeração é a conexão. Assim, ele nos demonstra a importância da ação em sua teoria, através da comparação que faz entre o Oriente e o Ocidente, na Antiguidade e na Idade Média.

A conexão, para Weber, é o que gera o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes da cidade, ou seja, a associação de vizinhança. Ao tratar da questão de como pode fundar-se uma cidade, ele diz que seria de dois modos: a) através da indústria em regime de especialização e b) pelo intercâmbio regular de mercadorias. Enfim, num *local de mercado* ou um *estabelecimento de mercado*. Neste momento, para Weber, a relação campo-cidade não é demarcadamente homogênea, ele fala de componentes predominantes de uma ou de outra situação, ou seja, mistos. Deste modo,

(...) vemos que o conceito de 'cidade' tem que ser encaixado em outra série de conceitos, além dos conceitos econômicos usados até agora, quer dizer, em conceitos políticos (1979, p.76).

O que Weber está querendo demonstrar é o caráter de associação da cidade e o conceito de cidadão em oposição ao de "*rústico*" (1979, p.83), onde a ação do habitante da cidade seria lapidada pelas relações em que investe. O que vale ressaltar da teoria weberiana sobre cidade é que apenas no Ocidente se concretizou o conceito de "cidadania" e o de "comunidade urbana".

Após estes esclarecimentos, fundamentais para ser entendida a ação comunitária em Weber, adentraremos nas relações comunitárias étnicas, como ele mesmo denomina. O que está ligado ao *habitus* externo e que dá, a partir de características desse mesmo *habitus*, pontos comuns, ou seja, o que gera subjetivamente a "comunidade". Neste ponto vale ressaltar que as comunidades podem ser formadas a partir de características raciais, herdadas e do *habitus* externo, por casamentos

endogâmicos, que seriam a forma de manutenção da comunidade e suas características comuns (WEBER, 1994, pp.268).

Observemos as palavras do autor:

Assim como desse modo, toda comunidade pode atuar como geradora de costumes, atua também, de alguma forma, na seleção dos tipos antropológicos, concatenando a cada qualidade herdada, probabilidades diversas de vida, sobrevivência e reprodução, tendo, portanto, função criadora, e isto, em certas circunstâncias, de modo altamente eficaz (Weber, 1994, p.269).

Neste caso, o que se segue é a discordância em relação às diferenças estabelecidas pelas relações comunitárias tradicionais; isto provoca a criação de modos de vida que ao divergirem das convenções, ou até pelo simples ato de esquecimento, fazem com que a vida de comunidade submeta os costumes. Assim, a comunidade, para Weber, é o local de criação de convenções, quer hereditárias ou tradicionais, mas que levam a uma crença subjetiva de afinidades ou de repulsas.

A crença na afinidade é importante porque é dela que pode resultar o que Weber denomina de “sentimento de apego à terra natal”, vejamos o que ele diz acerca disto:

Sem dúvida, nem toda crença na afinidade de origem baseia-se na igualdade dos costumes e do hábito. Mas, apesar de grandes divergências neste campo, semelhante crença pode existir e desenvolver uma força criadora de comunidade, quando apoiada na lembrança de uma migração real: de uma colonização ou emigração individual (Weber, 1994, p.270).

O que fica claro é a importância da subjetividade no tocante à crença, ação subjetiva, que pode criar uma comunidade e desenvolvê-la tão fortemente a partir da recordação da terra natal que aguça o “sentimento de pertencer” a uma determinada cidade, mesmo que não se

encontre mais nela. Vale ressaltar aqui, o cerne de uma relação baseada na memória, algo deixado, mas que os costumes são mantidos, forma-se assim a comunidade política. Trazemos aqui a questão do “pertencimento” como categoria fundamental para a hermenêutica, de onde se segue o pertencimento comunitário, a partir de valores morais comuns que, por sua vez, apelam à memória dos indivíduos.

Estas questões favorecem o “sentimento de comunidade”, que é característica da “comunidade étnica”, pois não são os laços de sangue que efetivamente contam. É imprescindível esclarecer que as relações comunitárias étnicas, na proposição de Weber, são diferentes dos grupos ligados por consangüinidade. Weber (1994, p.270) é taxativo ao afirmar que:

... chamaremos grupos ‘étnicos’ aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva.

A abordagem weberiana do *habitus* externalizado demonstra que, tanto este como os costumes, podem criar um sentimento de pertença tão ou mais forte que o de laços sanguíneos. A evocação de lembranças comuns, ou seja, em um passado que é recapturado no presente, pode ser o componente essencial de uma comunidade. Sobre isto, diz Weber: “*A comunhão étnica (no sentido que damos) não constitui, em si mesma, uma comunidade, mas apenas um elemento que facilita relações comunitárias*” (1994, p.270).

Este elemento facilitador de relações comunitárias torna-se importante numa comunidade criada por “motivos puramente racionais”, no entender de Weber. Mesmo numa associação objetiva, determinados sentimentos podem fortalecer a crença numa comunhão “étnica”, passando, assim, a reger a ação comunitária.

Destacamos também na teoria weberiana o conceito de “*honra étnica*” dos membros e o “*patrimônio cultural de massas*” específico que levam à compreensão mútua, denominada por Weber de *comunidade lingüística* (Weber, 1994, p.271s).

É evidente que a comunidade lingüística e, em segundo lugar, a homogeneidade da regulamentação ritual da vida, condicionada por idéias religiosas parecidas, constituem por toda parte elementos extraordinariamente fortes nos sentimentos de afinidade “étnica”, e isto particularmente porque a “compreensibilidade” do sentido das ações dos outros é o pressuposto mais elementar de uma relação comunitária.

Ressaltando-se este pressuposto, podemos avançar na questão da convencionalização ou “convenções étnicas” que está ligada à decência, ou seja, à “honra étnica” mencionada anteriormente e, que, segundo Weber, “*é absolutamente análoga aos conceitos de honra estamentais*”. Estas convenções tomam formas exteriores e são refletidas – ele chega a dar exemplos, tais como: os trajes típicos, a forma de morar e de dividir o trabalho, entre outros, que gerariam a semelhança de costumes, através da *imitação* (Weber, 1994, p. 273).

É importante trazer à tona o conceito de nacionalidade, o qual é trabalhado por Weber em seu sentido “*étnico*” e “*carregado de sensações emotivas*” (Weber, 1994, p.275). A base do sentimento comum de nação se baseia na “comunidade de língua”, mas que não é o bastante se não for acompanhado do “sentimento nacional”. Segundo Weber (1994, p.277):

... uma espécie particular de comoção que, num grupo humano unido por uma comunidade de língua, de confissão, de costumes ou de destino, se vincula à idéia da organização de uma unidade política poderosa própria, já existente ou ainda aspirada, e que se torna tanto mais específica quanto mais ênfase se põe no pode.

Entendemos assim que, segundo Weber, a comunidade é política em sua ação objetiva, dotada de instâncias de poder, aliada a uma unidade de costumes, o que ele chama de *habitus*, mas, principalmente, o que age é

a forma como este é sentido subjetivamente, seria este o sentimento comum de pertencer a uma determinada nação.

O enfoque dado anteriormente sobre o conceito de cidade e de relações comunitárias em Max Weber, nos leva a mais um debate. Como a sociedade moderna e a personalidade se acomodam e se ajustam às grandes cidades, com suas instalações gigantescas, o fluxo intenso de pessoas, a crescente especialização do trabalho. Vejamos, então, a contribuição de Simmel sobre o comportamento mental do habitante da grande cidade:

Com cada atravessar de rua, como o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica (1979, p.12).

Da forma que Georg Simmel apresenta a cidade, chamamos a atenção para a distinção que o autor faz entre cidade e cidade pequena. Na primeira os indivíduos reagiriam com predominância do uso da inteligência e na segunda os relacionamentos seriam profundamente sentidos, ou seja, com o predomínio das emoções. Continuando suas palavras: *“A intelectualidade, assim, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana”* (1979, p.13). Simmel ainda acrescenta algo a isto: *“A economia monetária e o domínio do intelecto estão intrinsecamente vinculados”* (Ibdem).

Desta forma, percebemos que o aumento da necessidade do cálculo em vista das trocas de mercado faz com que o intelecto seja cada vez mais aguçado e que os compromissos econômicos estabeleçam a frieza nas relações que mais adiante será mencionada, mas é importante frisar que tudo isto é em vias de preservação da vida do sujeito, ou seja, é uma reação de tentativa em não sucumbir mediante a metrópole e sua lógica de mercado.

Citamos algumas características da cidade encontradas no estudo de Simmel, tais como: a quantificação da vida, em que o dinheiro passa a ser o nivelador, ou seja, o denominador comum, sendo que o próprio homem passa a ser mensurável. O conhecimento mútuo da cidade pequena cede lugar à anonimidade e de forma cada vez mais abrangente o tempo é tomado em sua aparência de relógio marcando os compromissos, o que é mais uma forma de quantificação.

Decorrente disto, temos o que Simmel (1979, p.15) denominou de indivíduo *blasé*, em que para ele: *“Não há talvez fenômeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto a atitude blasé”*. Destacamos, desta forma, como o indivíduo da grande cidade tem uma característica marcante em sua personalidade, ou seja, a impessoalidade nas relações decorrente de uma racionalização da vida e seus mais corriqueiros aspectos.

Mais adiante Simmel (1979, p.16) descreve, *essa fonte fisiológica da atitude blasé metropolitana é acrescida de outra fonte que flui da economia do dinheiro. A essência da atitude blasé consiste no embotamento do poder de discriminar.*

A partir do desenvolvimento da intelectualidade e da busca do prazer pessoal, temos, em consequência, o indivíduo que pouco interage com seus semelhantes, talvez não mais tão semelhantes assim, pois como vimos acima, o dinheiro torna-se o elemento de valor das coisas e das pessoas, um diferencial. O poder de discriminar está embotado, como diz Simmel, ou seja, a sensibilidade no olhar e na atitude em relação aos significados dos objetos foi perdida, estes agora são percebidos como “destituídos de substância”.

Deste modo, o indivíduo *blasé* se configura na metrópole a partir da “atitude mental de reserva”, que visa à preservação do indivíduo e é, como diz Simmel (1979, p.17):

Se houvesse, em resposta aos contínuos contatos externos com inúmeras pessoas, tantas reações interiores quanto as da cidade

pequena, onde se conhece quase todo mundo que se encontra e onde se tem uma relação positiva com quase todos, a mesma ficaria completamente atomizada internamente e chegaria a um estado psíquico inimaginável (1979, p.17).

Assim, devido ao grande número de contatos, as relações não poderiam ser como na pequena cidade. Portanto, é uma reserva necessária, que dá origem de desconfiar do outro, porém, isso leva à indiferença e em determinado momento à disputa, sem deixar de mencionar o sentimento de solidão mesmo num espaço onde vivem muitas pessoas, devido à liberdade que faz parte da vida metropolitana. Leiamos a seguinte afirmação:

Trata-se, obviamente, apenas do reverso dessa liberdade, se sob certas circunstâncias, a pessoa em nenhum lugar se sente tão solitária e perdida quanto na multidão metropolitana. Pois aqui como em outra parte, não é absolutamente necessário que a liberdade do homem se reflita em sua vida emocional como conforto Simmel (1979, p.20).

A sensação de solidão do habitante da metrópole é o ápice da atitude de reserva e fruto da sua liberdade que, segundo Simmel, não leva a um sentimento de conforto, o contrário do que se espera. Vale ressaltar o termo usado pelo autor para expressar esta característica do homem metropolitano, ele se sente solitário e perdido, e mais, em meio a uma multidão, algo que se impõe como uma contradição. Desta forma, vejamos:

... ao passo que a metrópole é de fato caracterizada por sua independência essencial até das mais eminentes personalidades individuais. Isso é a contrapartida da independência e é o preço que o indivíduo paga pela independência que desfruta na metrópole (Simmel, 1979, p.21).

A independência essencial, para Simmel, que caracteriza a metrópole é a divisão econômica do trabalho, que, quanto mais especializa o trabalho e o trabalhador, mais gera um afastamento e, por conseguinte,

uma sensação de solidão, que seria o pagamento pela liberdade que a grande cidade oferece, ou seja, mais uma troca nesta imensa relação de mercado.

Um balanço conceitual

Após este percurso que fizemos na busca de configurar uma teoria de comunidade, obtivemos alguns resultados que terão efeito ao longo deste trabalho monográfico. Surgiram convergências e divergências entre os autores utilizados quanto a noções sobre a comunidade tradicional e a cidade moderna. Neste conjunto destacaremos alguns pontos que serão mais efetivamente desenvolvidos nos capítulos seguintes.

Em relação a Durkheim, algo que o torna próximo em sua teoria é a forma como ele divide a sociedade moderna da tradicional, haja visto que todos os autores, mesmo que por métodos e enfoques diferentes, tomem isto como dado. Não resta dúvida de que a metrópole de Simmel, a solidariedade orgânica de Durkheim, a cidade-mercado de Weber e a associação de Tönnies, mantêm entre si um mesmo elo, já explanado no início do capítulo.

Porém, nestes autores fica evidente algumas divergências, tais como: Tönnies (1973, p.103s) dá maior importância à comunidade gerada pelos laços de sangue, que seriam básicos para a compreensão mútua. Segundo Bauman (2003, p. 15), a teoria de Tönnies deixa claro que a comunidade estava baseada em um “entendimento compartilhado por todos os seus membros”, que seria precedente as ações para que houvesse vínculo comunitário. Diferentemente, Weber ressalta a comunidade política, que seria uma atitude motivada pelos sentimentos despertados em comum, independente do sangue. Um exemplo histórico disto, são as doze tribos de Israel, que o autor cita, como subdivisões da comunidade política, mas crentes em uma mesma origem étnica, o que implica uma maior racionalização (Weber, 1994, p.270s).

No segundo capítulo, estabeleceremos conexões com o que foi visto, a partir do debate clássico é que consideramos a discussão sobre pertencimento através da mediação eletrônica, dessa forma fizemos um retrospecto para podermos perceber esta categoria de conhecimento e trazê-la para o debate hoje. Acrescido do debate de Walter Benjamin sobre memória e experiência, tentando entender o que isto representa no contexto atual. O sentimento de solidão em Simmel pode nos dar a dimensão de como as pessoas buscam, na contemporaneidade, estar ligadas através do computador a outras pessoas, como forma de superar e se contrapor ao distanciamento que nos causa a cidade. Isto seria a possibilidade *“de novas maneiras de se relacionar com o outro e com o mundo”* (Lemos, 2003, p.17), o que geraria, a partir da mediação eletrônica, o sentimento de pertencimento, no caso específico da cidade de Sumé-Pb, através do site.

Vale ressaltar a importância de ter realizado o que preferimos chamar de contextualização da teoria de comunidade e dos conceitos, para podermos garantir um entendimento mais claro de questões posteriores, a partir desta configuração o debate sobre memória coletiva e sociedade da informação, no capítulo seguinte ficará amparado neste entendimento.

Comunidade Virtual, Memória e Pertencimento

Memória Coletiva e Sociedade da Informação

Com o intuito de levantarmos a questão da memória na modernidade, tentaremos entender como o site sobre a cidade de Sumé, pode ser um vetor de manifestação da tradição que, segundo Walter Benjamin, era representada pela autoridade da velhice, dotada de experiências que se manifestavam em provérbios, histórias e narrativas de lugares longínquos.

Desse modo, podemos notar mudanças na forma de experimentação e sua transmissão que não mais se dão “diante *da lareira*”, como diz W. Benjamin (1994, p.114), mas diante da tela do computador. Acrescido da desterritorialização, ou seja, não mais num contexto de co-presença. A simultaneidade entre quem conta a história e quem a ouve tem mudado, e mais, aquele que a ouve também interfere na forma como a história é contada, ou seja, todos podem intervir no arquivo, que se encontra pulverizado.

A oralidade, característica da comunidade tradicional e tão fortemente usada na transmissão das ações da experiência, tem sofrido um deslocamento. O que antes se contava e se difundia como experiência, através do uso da memória, mudou, ou seja, houve a desvinculação das experiências do passado. Para Benjamin, o fato da experiência não estar mais vinculada a nós e ter sido subtraída, resulta na pobreza da humanidade, isto é, na barbárie, que nada mais é do que a busca de encontrar a origem, obedecendo “ao que está dentro, e não à interioridade” (1994, p.116), ou seja, a não interiorização da experiência.

Vejamos o que nos dizem Ferreira & Amaral (2004, p.12), acerca da contribuição de Benjamin: *“O terreno sobre o qual a tradição se inscreveu como forma de organização social, a etnicidade da memória ancestral compartilhada, torna-se, na era da reprodutibilidade técnica, um terreno movediço”*.

Isso quer dizer que, em primeiro lugar, houve uma mudança no modo de experienciar a vida. Onde a tradição prevalecia, na atualidade passa a vigorar a técnica e, em segundo lugar, o que importa agora é entender como a sociedade industrial se organiza para estabelecer as suas experiências, baseadas na memória, que já não mais se apóiam numa idéia de origem e de autoria.

As formas de reprodução que manifestam um novo tipo de suportes de memória, para Benjamin, vão desde a reprodução técnica da escrita, numa seqüência da xilogravura, passando pela litografia, até chegar à

imprensa e a fotografia, sem deixar de mencionar a reprodução técnica do som, (Benjamim, 1994, p.166s). O “aqui e agora”, ausente na reprodução, o seu efeito desterritorializador, em termos de escrita, como suporte mnemotécnico, e deste modo, o distanciamento do autor e do leitor, acrescido da imagem.

Estas questões são pertinentes para entendermos o modo pelo qual a rede mundial de computadores tem se inserido neste contexto, a partir de computadores conectados. A (re)produção de técnicas arquivais que mexem com a noção de comunidade em seus mais corriqueiros modos de relacionamentos, internos ou externos, modifica-se e garante um modo de pertencimento sentido e experimentado, por que não dizer, virtualmente.

É importante, neste momento, percebermos como a memória age no tocante ao sentimento de pertença, por isso achamos importante trazermos ao debate alguns conceitos de Maurice Halbwachs (1990) sobre a elaboração de memória a partir do pertencimento ou afastamento do grupo. Vejamos o que ele nos diz:

Desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. (1990, p. 28).

De acordo com este raciocínio, a memória é produzida socialmente, de acordo com a interação entre o indivíduo e grupo ao qual pertença. Vale ressaltar que o contrário possibilita o esquecimento, ou, no mínimo, certas restrições quanto a ter ou não participação em determinado acontecimento.

Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram espectadores ou atores para que mais tarde, quando eles a evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente essa construção artificial se anime e tome aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança (1990, p.28).

O que é importante para Halbwachs é o contato permanente com o grupo e a capacidade de nos identificarmos com o mesmo, assim a memória do grupo passa a ser a minha memória. Portanto, as noções comuns que envolvem os membros de um determinado grupo são favorecidas pelo sentimento de pertença, constantemente renovado, à medida que atualizamos em conjunto o passado, devido ao contato constante. Neste sentido, temos a necessidade de pertencermos afetivamente a uma comunidade. Nos termos de Halbwachs (1990, p.34):

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade.

Esta possibilidade de uma memória coletiva nos é cara, neste momento, devido a querermos introduzir a noção de comunidade virtual baseada em valores e sentimentos comuns. Isto nos serve, neste momento, para justificarmos o uso da teoria de Halbwachs, que entra em concordância com alguns conceitos da teoria sociológica clássica que viemos utilizando até aqui. Como ele nos diz: *“Assim, os fatos e as noções que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios”* (1990, p. 49). Ou seja, quando nós precisamos nos lembrar sozinhos, isto se torna mais difícil, com os outros se torna mais fácil. Ressaltamos que a discussão de Halbwachs pressupõe a lógica de presença como algo fundamental para assegurar o pertencimento. Contrariamente, as tecnologias da informação, como suporte de memória, prescindem da presença para assegurar o pertencimento à comunidade.

A página sobre a cidade de Sumé, www.sume.cjb.net, a partir do momento que elabora e traz à tona uma série de elementos constitutivos de uma cidade, está fazendo, ao nosso ver, uma rememoração, através do uso da tecnologia, uma aproximação que busca manter o contato entre os

seus habitantes e navegantes, para usarmos um termo comum à Internet. Destacamos que o termo habitante está relacionado ao morador da cidade, mas não podemos deixar de perceber que o acesso à rede e ao site é mundial, extrapolando fronteiras, por isso preferimos o termo navegante ou internauta, sendo que no caso específico o “sumenauta”, que seria uma reunião dos dois pólos, ou seja, aquele que está situado localmente na cidade e aquele que se encontra na rede diante da tela do computador, superando a distância e o tempo para a apreciação da experiência que por fim se torna comum.

Neste sentido, o apelo ao pertencimento a uma comunidade de afeto, segundo Halbwachs (1990), se concretiza, neste caso, quanto ao pertencimento à cidade de Sumé, que particulariza situações em comum que afloram na *memória social*, dependendo da inserção ao grupo. Sendo importante ressaltar que o “sumenauta” é uma característica ligada a uma identidade, buscada e fundamentada, como pertencente a todos que se interessem por estar em conexão, mantendo-se assim atualizados e conectados, trocando experiências e se reconhecendo nas experiências da cidade, acrescido, como dissemos anteriormente, do efeito de desterritorialização. Como diz Halbwachs (1990, p.71):

Temos freqüentemente repetido: a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada.

Estas lembranças a que o autor se refere são afirmadas coletivamente pelos membros de uma sociedade, que reconstroem o seu passado no presente, partindo do princípio de que esta é a história de todos. Portanto, são reconstruções de reconstruções, onde o que foi elaborado hoje sofrerá alterações num momento seguinte, de acordo com interesses atuais.

O Arquivo na Sociedade da Informação

Após passarmos pela idéia de experiência, reprodução e memória, com o enfoque na reconstrução, precisamos nos ater, agora, ao princípio de arquivo, sua instituição como portador de enunciados no âmbito da sociedade da informação. Enfocaremos a questão do arquivo eletrônico, principalmente no sentido de *“constituição de uma instância e de um lugar de autoridade”* (Derrida, 2001, p.8). Como podemos perceber, haveria hoje uma disseminação do conteúdo arquivado e das pessoas que podem arquivá-lo, se levarmos em consideração as inúmeras páginas da Internet. É neste terreno que nos deteremos, em vias do *“Site Não Oficial da Cidade de Sumé na Paraíba”*, como um instrumento capaz de reunir signos que emolduram e configuram o discurso sobre a cidade e suas prováveis necessidades de possuir uma memória.

Partimos da idéia de que o *arkheion* grego, ou seja, a residência dos magistrados encarregados dos documentos oficiais e de interpretarem o seu conteúdo onde: *“Não há arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma carta exterioridade. Não há arquivo sem exterior”* (Derrida, 2001, p.12), isto estaria cada vez mais modificado pelo suporte técnico digitalizado do computador conectado. Estamos no momento em que o arquivo não se localiza mais num ponto central, estaria disseminado e móvel, onde as possibilidades de arquivamento são múltiplas, independente de uma instância superior, como por exemplo, o Estado, tal qual nós conhecemos.

Neste ínterim, de conexão e fluxo de informações mesmo as mais corriqueiras e mundanas, a rede mundial de computadores é um prolongamento das formas suplementares de manutenção da memória. Segundo Derrida (2001, p.29): *“o arquivamento tanto produz quanto registra o evento. É também nossa experiência política dos meios chamados de informação”*. Desta forma podemos perceber que não se trata de algo novo e ligado às idéias de futurismo. Trataremos da questão

do arquivo na sociedade da informação como um processo que vem se desenrolando desde o momento em que a escrita passa a ser considerada um suporte de memória, passando pela impressão, artes e todos os demais eventos que a sociedade se utiliza para produzir e registrar eventos. Segundo Caygill:

Isto é evidente na descrição inaugural da memória que Platão oferece no diálogo *Meno*, o qual empreende um trabalho complexo de memória a fim de reduzir a memória a uma técnica de recordar a partir de um estoque dado de informação (2003, p.47)

Sabemos que o debate em torno da oralidade e da escrita faz parte da configuração do modo de pensar ocidental, onde a palavra tem seu estatuto de conformidade ligado ao que está vivo, e a escrita, vista como uma prótese, não seria mais que um *fantasma*, pois estaria desprovida da presença viva do autor (Ferreira, 2003, p. 5).

É um fato perceber que não poderíamos prescindir de instrumentos capazes de nos auxiliar no armazenamento de dados, sabemos que há uma quantidade de informações superior à nossa capacidade de armazenamento. Por isso, imaginar o mundo atual desprovido de suportes de memória, na prática, seria impossível. Segundo Lévy (1993, p.119), o saber informático *“procura a velocidade e a pertinência da execução, e mais ainda a rapidez e a pertinência das modificações operacionais”*. Com o advento da informatização, a sociedade vive momentos em que a operacionalização e a velocidade são as marcas de um tipo de memória que se afasta cada vez mais do ‘saber de cor’. Valorizamos, no cotidiano, as técnicas de armazenamento que possam estar ‘à mão’ sempre que for preciso, num clique, em segundos temos informações digitalizadas na tela do computador. De acordo com Lévy (1996, p.37), esta é a função do hipertexto informático, um discurso que busca a seleção de áreas de sentido, ligações entre os mais diversos temas que procura *“arrimá-lo a*

toda uma memória que forma como que o fundo sobre o qual ele se destaca e ao qual remete”.

Partindo destas considerações, podemos entender que a sociedade busca cada vez mais a interatividade, onde as questões tocantes ao arquivamento de memória trazem a oportunidade de encontros, mesmo à distância e com muita rapidez. A potencialização da informação está disseminando uma forma de comunicação onde:

A tela informática é uma nova ‘maquina de ler’, o lugar onde uma reserva de informação possível vem se realizar por seleção, aqui e agora, para um leitor particular. Toda leitura em computador é uma edição, uma montagem singular (Lévy, 1996, p.41).

Neste sentido, Lévy considera o texto, na atualidade, a partir do leitor envolvido em um espaço onde os critérios de comunicação e interatividade mudam constantemente. Este espaço, fluido e *on line*, propicia uma aproximação entre os usuários da rede que potencialmente se deslocam dos modos tradicionais de comunicação. Podemos falar, ouvir e ver o que é exibido digitalmente, para ser lido e compreendido de inúmeras maneiras, de acordo com o uso que seja dado ao computador conectado. Pois, a cada instante um elemento novo e uma nova associação poderão ser feitos. Desta forma, as ferramentas que se encontram disponíveis servirão de orientação para a passagem, cada vez mais rápida, de um ponto a outro escolhido.

Para Lévy, o hipertexto é um ato de ler e escrever ao mesmo tempo, em que *“os hiperdocumentos acessíveis por uma rede informática são poderosos instrumentos de escrita-leitura coletiva”*. (Lévy, 1996, p.46). Diante desta assertiva, a questão do arquivo digital passa a ser uma forma coletiva de armazenar informações. A documentação que se atualiza e se torna interminável, nada mais é do que uma reserva de conteúdo que, a partir de um endereço eletrônico, sugere possibilidades de escolha que recriam a memória de uma cidade, como é o caso de Sumé.

As imagens contidas no site www.sume.cjb.net estão se *"misturando às noções de unidade, de identidade e de localização"* Lévy (1996, p.48). O que se vê é o que 'existe', dando a idéia de que a questão sobre o que é original e o que é cópia, cada vez mais perde importância, no contexto do mundo digital. Como dirá Benjamin (1994, p.168): *"o que se atrofia na era da reprodutibilidade técnica da obra de arte é a sua aura"* e diz mais, que esta *"substitui a existência única da obra por uma existência serial"*. Ademais, a identidade, que pode ser assumida diante do contexto fluido e desterritorializado, também é desmistificada, ou seja, é assumida de acordo com o clicar e com o que estiver sendo visto no momento, pois, quanto à localização do texto em si, este não pode ser tocado, apenas visto em seu movimento.

Assim sendo, a consolidação do arquivo eletrônico passa pela interconexão, um impulso à comunicação *on line*, numa busca incessante de interação. A fuga da solidão e do modo de agir indiferentemente em relação às coisas e às pessoas (Simmel, 1979). A busca de não isolamento, no caso do site de Sumé, pode estar relacionada à sua condição de cidade pequena, do interior, que visa demarcar seu lugar e de se exibir perante o mundo, pois a rede pode oferecer este contato com o externo e o distante. Enfim, teríamos um exemplo claro de questões locais que podem se estender pelo mundo afora, gerando uma interconexão, entre alguém que acesse o conteúdo do "site" e o seu discurso sobre a cidade.

Segundo Lévy (1999, p.127), o princípio da interconexão leva à criação de comunidades virtuais, sendo que:

Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais.

Com as elucidações acima, podemos deduzir que a interconexão envolve a comunicação interativa, culminando na formação de

comunidades em rede, a partir de projetos comuns. Vale ressaltar que esta noção de comunidade e seus fundamentos estão próximos do que vimos nos autores da teoria clássica no capítulo anterior. O que muda é a independência em relação à proximidade, ou seja, sabemos que o discurso sobre a cidade de Sumé, na Internet, pode ser absorvido por qualquer indivíduo, em qualquer lugar, basta que ele tenha acesso a um computador conectado. Este desprendimento em relação ao aqui e agora pode ser relacionado com a desaturação tratada por Walter Benjamin, tendo em vista que: *“O que se atrofia na era da reprodutibilidade técnica da obra de arte é a sua aura. (...) Generalizando, podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido”* (Benjamin, 1994, p.169).

Vale ressaltar, neste caso, a afirmação de Lévy em que: *“é um erro pensar as relações entre antigos e novos dispositivos de comunicação em termos de substituição” mas que estas se tratam de um deslocamento onde o “desenvolvimento das comunidades virtuais acompanha, contatos e interações de todos os tipos”* (1999, p.129). Assim sendo, é imprescindível esclarecer que a comunidade virtual aponta para uma nova forma de conexão que não elimina outros modos, sejam estes de quaisquer tipos, o que ocorre é que as possibilidades de interconexão são ampliadas pela Internet.

Essa interconexão, como possibilidade de criar comunidades virtuais, onde a cultura digitalizada está disseminada no cotidiano, nos leva a indagar, baseados em Featherstone (2003), se estamos diante de um vasto e ilimitado mar de dados, como a navegação será administrada e legitimada? No caso do “Site Não Oficial da Cidade de Sumé na Paraíba”, como a memória eletrônica que está sendo criada pode ou não ser legitimada, se é que tem que ser? Porém, na rede mundial de computadores quem assumiria este papel, visto que a Internet é uma coleção de arquivos, dos mais variados assuntos e interesses?

Featherstone (2003, p.26) diz que o Estado moderno sempre foi o intermediador destes *“repositórios culturais”*, tais como os museus, bibliotecas e arquivos. Tratamos assim da questão do princípio arcôntico em que, de acordo com Derrida (2001, p. 29), *“a estrutura técnica do arquivo arquivante determina também a estrutura do conteúdo arquivável em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro”*. Buscamos assim esclarecer a importância do arquivo a partir da noção de arquivamento depois do surgimento da rede eletrônica.

Sendo este o contexto em que encontramos o *“site”* sobre Sumé, com conteúdo vasto e visitado^{††}, onde, *“informação e cultura são mercadorias valiosas”* no dizer de Featherstone (2003) e que o *“arquivo virtual coletivo implica que se passe por um pedágio eletrônico”*. Assim sendo, o arquivamento eletrônico ficaria comprometido com os interesses de mercado e o que poderia parecer um mundo sem fronteiras estaria, assim, dependendo de regulações e baseado no poder pagar. Isto posto, podemos perceber o que vem acontecendo ao hipertexto, ou seja, a sua hierarquização, a partir de mecanismos controladores tais como assinaturas pagas, na forma usada com jornais, revistas e TV a cabo.

É curioso observar que o endereço eletrônico de Sumé, na Internet, não cobra nenhum tipo de pedágio específico, pelo menos durante o tempo em que o analisamos. Embora o seu caráter seja o de *“não-oficial”*, ou seja, de iniciativa particular e sem anteparos da administração pública, até agora tem prescindido de cobrança para ser acessado. Isto significa que o princípio de hierarquia, inerente ao arquivo tradicional não digitalizado tende a se horizontalizar no hipertexto, ou seja, neste caso, o arquivo digital sobre Sumé, lançado na Internet não oficialmente, traz um elemento interessante de se notar: em grande parte de seu conteúdo a sua montagem é feita por pessoas comuns, onde no cotidiano é elaborado, com base nos seus interesses do momento, por exemplo, à parte de

^{††} Visitaram 6066 pessoas, até 16/03/2004, segundo consta na página inicial do site. CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 9, set./2005, p. 96-151. <http://www.cchla.ufpb.br/caos>

notícias dos “sumenautas” e os textos que são enviados e publicados sobre temas diversos.

Neste processo de elaboração do arquivo eletrônico *“tudo deve ser arquivado porque, em princípio, tudo é passível de controle político, técnico”* (Ferreira & Amaral, 2004, p.8). Então o que isso nos diz em termos de relação com a memória? O arquivo eletrônico ganha foros de estoque das coisas do cotidiano, onde tudo é registrável e exposto, ou seja, no mundo moderno é preciso colecionar informações, sobre o pretexto de que tudo é efêmero, transitório e pode ser esquecido, como afirma Derrida (2001, p. 31) *“não haveria certamente desejo de arquivo sem a finitude radical, sem a possibilidade de um esquecimento que não se limita ao recalçamento”*.

Pois bem, segundo Caygill (2003, p.48), a WWW (World Wide Web) poderá ser *“uma nova arte de memória”* ou representar a *“apoteose”* da versão clássica da memória, como recordação, de acordo com o platonismo. Isto nos ajuda a entender como o arquivo eletrônico traz em si as duas instâncias. Vejamos a afirmação de Ferreira & Amaral (2003, p.20): *O arquivo pode tanto ser visto como uma instância que promove associações não-hierárquicas entre objetos de conhecimento como pode, inversamente, reforçar as hierarquias de acesso ao conhecimento.*

Deste modo, podemos esclarecer que o arquivo eletrônico baseado no hipertexto da Internet com seus diversos aparelhamentos pode, efetivamente, representar uma junção do modo tradicional de registrar lembranças. Assim posto, o www.sume.cjb.net, representaria o desejo de arquivar as lembranças do cotidiano em seus múltiplos aspectos. Parece-nos que a busca por uma horizontalidade do conhecimento seria uma característica, ora explorada e efetivada, ora não tanto. Ademais, a discussão gira em torno de uma forma de conhecimento que engendra a

questão da recordação como forma “natural” ou a rememoração por meio de suportes como a própria escrita, até chegar à Internet, que envolve a tecnologia da informação. Como diz Lemos:

Neste sentido, se a modernidade pode ser caracterizada como uma forma de apropriação técnica do social, a Cibercultura será marcada, não de modo irreversível, por diversas formas de apropriação social-midiática (micro-informática, Internet ...) da técnica (2003, p.13)

Encontramos-nos, então, num ponto em que a modernidade, com seus aparatos tecnológicos, pode ser entendida como o surgimento da Cibercultura. As técnicas digitalizadas de conhecimento e memória caracterizam o debate atual que requer, a partir da natureza, uma cientificização do mundo. A interatividade e a noção de tempo-espço modificada geram a sensação de rompimento de distâncias, um momento de participação instantânea. Outros tipos de mídia como o cinema, rádio e TV, não dão conta desta conectividade na modernidade, da mesma forma que o computador conectado, que envolve todos os tipos citados de forma ampliada, ou seja, *“a forma técnica da Cibercultura permite a ampliação de ação e comunicação sobre o mundo”* (Lemos, 2003, p.14).

O site sobre Sumé congrega jornalismo, fotografias de diversas épocas, curiosidades, história etc. Assim sendo, pode ser tomado como um instrumento da Cibercultura, pois o ato ensejado é diferente de uma leitura ou de ver TV, de fato, é mais fluido, passando por uma *“lógica de reconfiguração”* (Lemos, 2003, p.17). Desta forma, preferimos pensar que, pela via da interação, mesmo que momentânea, o site busca arquivar digitalmente a memória da cidade de Sumé.

Portanto, é coerente afirmar que a sociedade da informação no cotidiano *“não é transposição e não é aniquilação” de modos anteriores de comunicação* (Lemos, 2003, p.17), pois envolve questões de pertencimento comunitário e de identidade, tão caras à discussão

sociológica. Acreditamos que o *site* da cidade de Sumé, representa uma tentativa de manter a memória coletiva, onde quer que se encontrem os “sumenautas”, seria como uma reterritorialização no ciberespaço e por isso busca reforçar o sentimento de pertencimento através do meio eletrônico, em si uma novidade e talvez a única. Para isso dedicaremos o próximo capítulo a este debate, sabendo-se que é preciso compreender as demais disposições conceituais e quais os mecanismos utilizados pelo *site* para compor a memória coletiva do “sumenauta”.

A Cidade e o Site

O Conceito de Região

Ao estabelecermos as questões sobre comunidade, memória e sociedade da informação observamos que o *site* sobre a cidade de Sumé envolve uma questão básica para o seu reconhecimento, ou seja, além da interconexão, tratada no capítulo anterior, o pertencimento a uma comunidade legítima se faz necessário. Sendo assim, propomos a discussão em torno da memória que é própria à cidade e como é construída, a partir do sentimento de pertencimento que tratamos anteriormente.

Qual discurso é utilizado no *site* para viabilizar a identidade do “sumenauta”, com suas implicações que levam à formulação de modelos históricos fundantes da cidade, tomados num momento de construção de memória? Deste modo, os elementos que permeiam e dão significados ao *site* estão inseridos na discussão sobre região e os mecanismos que envolvem a sua formulação, que, por serem amplos, também são objetificados a ponto de desenvolverem a identidade do sumeense, natural de Sumé, no estado da Paraíba e do “sumenauta”, ou seja, o navegante da Internet, que pode estar em qualquer lugar. Por isso trataremos para a discussão a teoria de Pierre Bourdieu sobre região, acrescido de Maura

Penna, onde procuraremos ressaltar as questões relacionadas a identidade, e Durval M. Albuquerque Jr. com a questão do discurso sobre o Nordeste. Vejamos a observação de Bourdieu (1998).

A região é o que está em jogo como objetivo de lutas entre os cientistas, não só geógrafos é claro, que, por terem que ver com o espaço, “aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de <<regionalização>> e movimentos <<regionalistas>>, economistas e sociólogos (Bourdieu, 1998, p. 108).

Para iniciar, o que Bourdieu (1998) nos chama a atenção, é a idéia de como as diversas ciências trabalham e manipulam o conceito de região em seus múltiplos interesses. A lógica da ciência e a lógica da prática onde *“as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais”* (Bourdieu, 1998, p.112).

Critérios *objectivos* de identidade “regional” ou “étnica”, por exemplo língua, dialeto, sotaque, que são objetos de representações mentais, ou seja, são “atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos”. Já as representações *objectais*, como emblemas, bandeiras, insígnias etc. são estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.

Percebemos que em torno da questão sobre região e de como esta se desenvolve, há um jogo de disputas que tentam estabelecer identidades, como se estas fossem calcadas numa razão, quase matemática, onde alguns aspectos são supervalorizados enquanto outros diminuídos. Deste modo, segundo Bourdieu (1998, p.113), podemos conceber que:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem

através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas de classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos.

As lutas às quais o autor se refere são manipulações em torno de questões de local de nascimento, que pode nos imprimir características que tomadas como próprias e inatas reforçam a base da identidade regional. Segundo P. Bourdieu (1998), o que está em jogo é a imposição de uma visão de mundo a partir dos princípios de *di-visão* em busca da caracterização de uma identidade única do grupo.

Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (...) (Bourdieu, 1998, p. 114).

A partir do conhecimento da verdade, dada por força de lei, dá-se o reconhecimento da divisão, o enunciado toma assim a sua existência. É importante ressaltar o destaque que o poder simbólico tem nesta teoria, dado que são as representações mentais que o organizam. O ato jurídico que divide um país em regiões, é ao mesmo tempo devorador e mantenedor de uma ordem que, ao ser enunciada, faz crer e ver que o que foi instituído primeiro na esfera do simbólico. Deste ponto em diante, acreditamos que tenhamos alcançado a questão principal, que envolve este trabalho, o enunciado sobre a região, especificamente o Nordeste do Brasil, que envolve o modo de pensar e de agir do "sumenauta" e como sua memória vem sendo arquivada no modelo digital dos nossos dias.

E por falar em discurso, temos que mencionar o seu autor, que para Bourdieu (1998, p.114) é aquele que:

... ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, naturais.

O autor toma sobre si a capacidade de intervir e criar, melhor dizendo, naturalizar a partir do uso da autoridade, onde a fronteira é produtora da diferenciação cultural e também é produzida por ela. Vale ressaltar, ainda, que a fronteira é instituída por um ato jurídico, (Bourdieu, 1998, p.115). Não podemos deixar de lado o caráter científico que se faz necessário ater a tudo isto. Quando pensamos em classificação, há que se perceber por base disto a classificação científica das coisas, ou seja, a instituição do existir naturalizado. Desse modo, a região é fruto de um ato jurídico acrescido do estatuto científico para dar a fundamentação ao que está sendo imposto no embate das classificações. Temos, assim, o discurso regionalista, que se insere em um contexto maior, o discurso da nação, um fabricando o outro, com prerrogativas de momento, de acordo com interesses circunstanciais, portanto entendemos também que:

O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora (Bourdieu, 1998, p.116).

Esta é a noção de “efeito simbólico” para Bourdieu (1998, p.119), que é exercido pelo discurso científico, a partir da utilização de dados “*objetivos*” que baseiam as lutas simbólicas para estabelecer classificações.

Discussão sobre os mecanismos ideológicos de imputação de identidade

Decorrente daí as propriedades *subjectivas*, que Bourdieu (1998, p.120) dá como exemplo o sentimento de pertença e nos é muito caro neste caso, portanto, decidimos incluí-lo como um critério que serve para a nossa análise do *site* da cidade de Sumé na Paraíba, o que nos

possibilita compreender a identidade “sumenauta” e suas demais implicações. Assim, de acordo com Bourdieu, (1998, p.129),

... a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra.

O conceito de região nos leva a pensar a identidade como decorrência da assimilação das diferenças, o que soa como uma imposição, por isso optamos por denominar de imputação, por este caráter de que temos a identidade imputada de acordo com lugar de origem, religião ou região. O que queremos deixar claro é que a região tal como ela é criada também é criadora de tipos identitários que se fixam no campo das relações do real e do imaginário, ou seja, o efeito simbólico que os constitui, objetiva ou subjetivamente.

De acordo com M. Penna (1992, p.20), a *“região então se explicita como um conceito que, fundado sobre um critério territorial – espacial e físico, portanto - , inclui um plano simbólico”*. Continuando, ela diz que os estudos em torno de questões regionalistas reforçam o sentimento de que a cultura nordestina tenha um *“perfil próprio”* o que, por sua vez, também *“contribui para a difusão desse sentimento”* (Penna, 1992, p.36).

O argumento da autora em torno da questão do regionalismo é para demonstrar o seu *“aspecto dinâmico”* (Penna, 1992, p.46), que possibilita o uso apropriado do discurso de acordo com as visões de mundo, no momento. Cabendo, assim, uma reelaboração do conteúdo do discurso e suas nuances, com o intuito de promover a sua expansão, como sugere a autora: *“é reelaborado constantemente, incorporando novos elementos e conteúdos, de acordo com as modificações que se operam em todos os níveis da vida social”* (Penna, 1992, p.47).

Ao estabelecermos uma cumplicidade entre a imposição de instituição de uma região por meios objetivos, tentamos agora alçar o

campo das significações que lhe são inerentes. Neste ponto adentramos ao *site* com o intuito de percebermos a construção do discurso regionalista inscrito no arquivo eletrônico, com suas possibilidades de fundar um conhecimento generalizado sobre a cidade de Sumé. Como diria Penna (1992, p.47), *em outros termos, o discurso regionalista e o processo sócio-econômico articularam-se, constituindo o Nordeste enquanto um referencial disponível atualmente, com um núcleo básico de significações.*

O discurso da página na Internet sume.cjb.net nos leva a pensar como características do ser nordestino servem de referência para a elaboração de uma memória atualizada sobre o ser sumeense, e como se ajustar aos processos atuais das novas tecnologias, sem perder em conteúdo, numa tentativa de manutenção do que se entende por pertencer à cidade. Utilizando as palavras de Penna, *“a reconstrução simbólica pela memória, a manutenção de laços de parentesco e de amizade da área de origem, ...”* (1992, p.55), ou seja, a partir do significado do “sumenauta”, nos deparamos com a possibilidade de memória de uma origem comum no ciberespaço. Dessa forma, temos o que Penna (1992, p.56) denomina de *“possibilidades de identificação”*, como uma estratégia de criar bases para a suposta identidade, que age no interior do ciberespaço, ou seja, esta é a condição de pertencimento, a partir da imputação da identidade.

Deste modo as identidades sociais, por sua vez, demarcando as fronteiras do grupo (seus limites) e estabelecendo tanto a coesão do “nós” quanto a diferenciação em relação aos “outros” indicam com quem e como interagir (Penna, 1992, p.60).

Assim, o “sumenauta” é capaz de romper o sentimento de solidão, por sentir-se pertencente a um grupo, que reforça os seus valores e referências, por vezes deixadas para traz e que é reacendida a partir da visualização da sua cidade natal pela tela do computador. O nordestino e o sumeense se unificam no “sumenauta” que, por sua vez, passa a ser a

base identitária da interação, a partir de idéias, representações, referenciais culturais, que, segundo Penna (1992, p.60), são *“produtoras de sentido”*, formando as representações sociais. *Desta forma, as imputações de identidade pretendem atribuir uma essência, fixando a origem e significado das coisas e, por conseguinte, legitimando uma determinada interpretação do mundo social* (Penna, 1992, p.166).

O que ocorre é a identificação com aspectos que são demonstrados e remontados no conteúdo do *site*, apelando assim para o uso da memória do sumeense, onde quer que ele se encontre. O que passa a intervir no processo de identificação é a relação de semelhança, onde o “sumenauta” se identifica por acreditar pertencer ao corpo que dá sentido a esta memória.

Tais assertivas de Bourdieu e de Penna sobre região e regionalismo, como discursos de poder que são montados e remontados nos levam a pensar que o Nordeste e os nordestinos são constantemente reinventados, por isso tomemos como referência o que nos diz Albuquerque Jr.: *“O Nordeste não é recortado só como unidade econômica, política ou geográfica, mas, primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural, baseado numa pseudo-unidade cultural, geográfica e étnica”* (2001, p.23).

O autor coloca os filmes, as poesias, as músicas, artigos de jornais, tomando-os como *“discursos produtores de realidade e, ao mesmo tempo, produzidos em determinadas condições históricas”* (Albuquerque Jr., 2001, p.34), o que nos faz pensar na atualidade, através do arquivo digital, o conjunto de memórias que são instituídas a través do site “sume.cjb.net”. Percebemos, no entanto, que a partir da condição de pertencimento à região e à cidade o “sumenauta” passa por um nivelamento de suas características, tidas pelo senso comum e reforçadas pelo conhecimento científico como próprias da identidade nordestina, do sumeense, por isso a afirmação seguinte:

A região não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder (Albuquerque Jr, 2001, p.26).

A região Nordeste foi fundada na saudade e na tradição, ou seja, a partir do discurso da tradição temos a configuração da região, o que se faz presente, também, no discurso do *site*, acrescido da idéia de reforçar a tradição através do que há de mais atual, a saber, a interconexão em rede digital. Vejamos a afirmativa de Albuquerque Jr. (2001, p.66): *O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença.*

Com as elucidações acima, podemos compreender que a tradição configurada no discurso sobre o Nordeste emerge, no momento, através do recurso digital de informação, mas sem deixar de lado a reconstituição do contexto histórico e do seu desenvolvimento. O que Albuquerque Jr. chama de imagística, no caso do *site*, está sendo reelaborado como confirmação do que já foi dito em jornais, revistas, livros ou pelo rádio e televisão, ou seja, através da utilização da multimídia, reunida na Internet.

O medo de não ter espaços numa nova ordem, de perder a memória individual e coletiva, de ver seu mundo se esvaír, é que leva à ênfase na tradição, na construção deste Nordeste” e mais “usar-se-á sobretudo o recurso à memória individual ou coletiva, como aquela que emite a tranqüilidade de uma realidade sem rupturas Albuquerque Jr, (2001, p.76).

Segundo Albuquerque Jr., isso é observado em decorrência das mudanças principalmente no início do século passado, com a modernidade, por isso chamamos a atenção para o que está acontecendo através da elaboração de uma memória social para os sumeenses, através do *site*, neste início do século XXI. Para tal empreendimento é necessário

investir na identidade regional, no caso específico na identidade do “sumenauta”. Deste modo:

A identidade regional permite costurar uma memória, inventar tradições, encontrar uma origem que religa os homens do presente a um passado, que atribuem um sentido a existências cada vez mais sem significado (Albuquerque Jr, 2001, p.77).

De acordo com as palavras acima, a costura da memória da cidade de Sumé, podemos acrescentar, é uma costura eletrônica digitalizada, expressa no *site*, é a sua maneira de reelaborar um discurso sobre a cidade ao longo do tempo e além da distância. Portanto, entendemos que *“a busca por arrumar discursiva e artisticamente estas lembranças é a forma que encontram para organizar suas próprias vidas. Pensar uma nova identidade para seu espaço era pensar uma nova identidade para si próprios.”* (Albuquerque Jr, 2001, p.79)

Aqui se entrecruzam os discursos sobre a cidade no *site* e a identidade atribuída ao “sumenauta”, como uma organização dos interesses em jogo, na disputa por inserção no arquivo digital de uma memória. Assim sendo, se constroem historicamente, através da Internet, os elementos culturais que compõe o cenário e o modo de ser sumeense, através de mecanismos de imputação de identidade que levam ao estabelecimento de categorias instaladas na memória coletiva. Por exemplo, podemos citar que no conteúdo sobre cultura, fazendo parte deste item, a narrativa de casos populares ou sobre a música da cidade, representadas pela filarmônica, contendo um retrospecto fotográfico desde sua fundação na década de vinte, do século passado.

Neste sentido, o arquivo eletrônico da cidade propõe um modo de identificação com coisas que passaram no tempo, mas que devem perdurar na lembrança e no cotidiano. A identificação se dá no nível do conteúdo do *site* e do sentimento de pertença à cidade, ocorrendo assim uma quebra da identidade local, o sumeense, que se refaz no

"sumenauta", no ambiente do ciberespaço. Segundo Canclini, (1995, p.238): *A negociação está instalada na subjetividade coletiva, na cultura cotidiana e política mais inconsciente.*

É importante salientarmos que a negociação se faz presente de forma latente, por conta do sentimento de pertença e da busca de memória, de forma que ao navegar no *site* o sumeense se sinta envolvido e possa ser chamado de "sumenauta". Haja visto que *"já não podemos considerar os membros de cada sociedade como elementos de uma só cultura homogênea, tendo portanto uma única identidade distinta e coerente"* (Canclini, 1995, p.224). O que ocorre é que a identidade regional sede lugar ao emergente "sumenauta", o sumeense que se reconhece no site, mesmo que temporariamente, pois a identificação acontece através da conexão e do afloramento do sentimento de pertença, pois *"somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente"* (Hall, 2002, p.13).

Ter a identidade negociada e midiaticizada pelo *site* faz com que o "sumenauta" possa "flutuar livremente" no espaço fluido da rede e ir cada vez mais se identificando com a história da cidade. Assim sendo, o conteúdo do *site* sume.cjb.net amplia as possibilidades de reconhecimento e de fortalecimento da identidade, o que explicitaria a homogeneização cultural que parece ser a busca de todos, desde as relações estabelecidas no cotidiano até o conhecimento científico.

Construção histórica do mito fundador da cidade e suas remodelações

Para falarmos da concepção de mito fundador temos que seguir pela trilha do discurso contido no *site* sume.cjb.net, de forma que possamos

entender como se fundamenta o nome da cidade e sua memória, o que também não deixa de ser a base da identidade do “sumenauta”. De acordo com o que vimos anteriormente, o discurso sobre a cidade de Sumé está ligado à memória, ou seja, à efetiva união dos fatos e acontecimentos da memória social mediada pelo arquivo eletrônico. Onde os seus pressupostos são o discurso regionalista e sua difusão. Decorrente disso surgem possibilidades de identificação e o trabalho de engajamento no interior do que está sendo dito e repetido. Vejamos, então, primeiramente quanto ao nome da cidade:

Sumé não parece ser outro senão São Tomé

O enunciado acima faz parte do discurso do “Site Não Oficial da Cidade de Sumé na Paraíba”, é a abertura na categoria “História”. Esta frase que, segundo o *site*, é de um teólogo holandês, Cornelius van den Steen (início do século XVII), conteria uma alusão ao nome da cidade que passou por uma troca.

Inicialmente Sumé foi denominada São Tomé, em função do rio de mesmo nome que cortava a Vila

É interessante perceber que o nome da vila, São Tomé, tem o mesmo fonema de Sumé, o que parece bastante provocativo. A troca de nome ocorreu por conta da passagem de vila à cidade.

Em 1951 a cidade alcançou a autonomia. Devido já existir outra São Tomé, adotou-se o nome de SUMÉ. Esta palavra foi encontrada em várias tribos indígenas, representando sempre um curandeiro e amigo dos nativos que teria ensinado a eles, entre outras coisas, a arte do plantio de várias culturas. Os Jesuítas, sempre perspicazes na prática de disseminar os seus credos, associaram este personagem, levado quase à divindade pelos índios, ao apóstolo São Tomé, pela simples semelhança sonora (...). Os sumeenses, em 1951, inverteram o processo, adotando um nome advindo efetivamente do vocábulo dos primeiros habitantes da região: os Índios Cariris.

Esse processo de instalação do nome da cidade traz um fato curioso devido à inversão do nome, ou seja, do nome do santo católico passou-se

ao de uma divindade indígena , o que revela uma diferença em relação ao processo colonizador do Brasil, onde os nomes de entidades míticas são, geralmente, trocados por nomes de santos ligados à religião oficial, o catolicismo. O que importa é a tentativa de manter um nome ligado diretamente à origem do lugar e que estabeleça sua fundação com o intuito de “construir a materialidade de uma certa memória social” (Achard, 1999, p.11).

Neste sentido, busca-se o reconhecimento da diferença em imprimir significados. Segundo Orlandi, *“Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua ‘memória’”* (2003, p.13). A sonoridade semelhante entre os nomes dá a entender o reforço da cultura local, tanto simbólica como de sua afirmação religiosa, no sentido de que a memória do “sumenauta” seja instruída com a possibilidade de identificação entre o passado e o futuro, ou seja, esta é uma cidade diferente, pois a sua memória deve ser preservada, pois está na raiz de sua fundação a busca por conservação de sua tradição histórica.

O exposto acima trabalha com um mecanismo implícito no discurso, que nos leva a pensar sobre o que é o sumeense e o “sumenauta” que pode estar em qualquer parte do mundo, em vias de esquecimento de sua terra natal. Vejamos o que nos sugere Achard, sobre a noção de implícito:

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re) construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase (1999, p.13).

O discurso sobre o nome da vila que passa à cidade traz em si a importância da conservação das idéias originais, mesmo que estas sejam, apenas, parte do imaginário e não possa ser provada, o que importa é que a sua repetição leva ao fortalecimento dos valores locais. No instante de elaboração do *site*, a reconstrução do mito fundador é de suma

importância, visto que solidifica a memória e traz à tona o significado que está implícito e passa a ser o equivalente do que se tinha por memorizado.

Como diz Orlandi (2003, p.18), isto *“produz o efeito de que a ideologia sempre está fora da história (oficial). Por seu lado, essa história aproveita, do discurso fundador, o fato de que nele há ainda uma indistinção entre imaginação, imaginário e realidade”*.

Em meio a tudo isso o discurso propõe uma realidade que pode ser transposta do imaginário, passando a compor o cenário da história da cidade. Assim sendo, quanto mais for repetido o enunciado, mais se tornará fundador e recebendo estatuto de verdade, cabendo ao discurso a possibilidade do que está sendo reconhecido. Achard (1999, p. 16) denomina isto de *“regularização do discurso”*, que de tanto ser repetido passa a ser reconhecido como tal sendo que *“esse reconhecimento é da ordem do formal, e constitui um outro jogo de força, este fundador”*.

O que se encontra implícito no discurso sobre o nome da cidade é a sua vocação agrícola, sendo esta uma terra de índios que cultivavam e recebiam instruções da entidade mítica Sumé, identificado pelos Jesuítas como São Tomé. Para isso é preciso demonstrar a existência de tais ancestrais, portanto vejamos mais uma seqüência do *site*:

Existe grande quantidade de sítios rupestres na região denominada de Cariris Velhos, na qual está inserido o atual município de Sumé (PB).

Num outro enfoque sobre cultura, o *site* informa a presença de artes rupestres e demonstra várias localizações destas. O que faz crer na existência de moradores bastante antigos, que estariam ligados a este tempo da entidade “Sumé”.

Com relação a Sumé, foram catalogados a Fazenda Pedra Comprida e o Sítio Balanço, com pinturas, e o Sítio Olho D'água do Padre, com gravuras.

Assim como se instituiu a cidade, se instituiu, também, a sua fundação no imaginário do “sumenauta”, onde as possibilidades de interpretação geram um reconhecimento da parte de quem o revive, sendo que neste “*jogo de implicação*” (Orlandi, 2003, p.65), que serve de apoio à memorização e a abertura para diversas associações em torno do nome e do mito fundador.

Portanto, como dissemos anteriormente, constatada a presença de povos antigos, fica mais fácil o fortalecimento do mito de fundação da cidade, no que diz respeito à sua vocação para o cultivo da terra, como se esta devesse ser cuidada e administrada com zelo. O *site* ainda oferece um *link* com a indicação de um livro^{††} sobre a discussão Sumé - São Tomé, onde se oferece a possibilidade de entender mais sobre o assunto. Porém, o que se percebe é o reforço de cientificidade que se tenta imprimir à questão, como algo que deve ser discutido e reconhecido como a cidade de Sumé possui um diferencial em seu discurso de fundação.

Prossigamos agora num outro aspecto da História da cidade tratada pelo *site*, vejamos:

Em 1911 esteve no epicentro da Revolta comandada por Augusto Santa Cruz, promotor da cidade de Monteiro, então sede do Município. O movimento armado, contrário ao Presidente do Estado João Lopes Machado, foi sufocado após a derrota nas eleições do candidato do Partido Democrata, Joaquim do Rêgo Barros. Mesmo assim, São Tomé foi elevado a distrito no mesmo ano de 1911.

Durante a revolução de 1930, São Tomé sofreu ameaça de invasão por tropas armadas vindas de Princesa Isabel, cidade revoltosa. O bando, comandado pelo cangaceiro Benzinho Vidal, recebera ordem de eliminar vários adversários do Coronel Zé Pereira.

Estes trechos tratam de dois momentos distintos, na História da Paraíba, de certa forma muito conhecidos e debatidos. Este era um momento decisivo também na política nacional. É o começo do século XX,

^{††} SUMÉ E PEABIRU: MISTÉRIOS MAIORES DO SÉCULO DA DESCOBERTA - Hernâni Donato - Edições GRD São Paulo – 1997. “Trata do assunto em destaque, bem como da estrada pré-Cabralina que se estendia desde o litoral brasileiro até o Peru.”

CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 9, set./2005, p. 96-151.
<http://www.cchla.ufpb.br/caos>

com as mudanças que ele trazia, o mundo cada vez mais modernizado. Pois bem, o que se pode perceber é o discurso de inserção da cidade no contexto da história estadual e conseqüentemente nacional. Aqui surgem representações da ordem do Estado e do cangaço, como seu opositor revoltoso. O discurso histórico em torno destas questões faz o “sumenauta” conhecer o passado e memorizá-lo de forma que surja a sua identificação com a sua história.

O fato é que cada grupo social tem sua necessidade de expressão e seu modo de produzir e interpretar sentidos, determinados pelas condições de produção específicas a cada momento histórico-social (Orlandi, 2003, p.72).

De acordo com o exposto acima, o discurso sobre a cidade e sua atuação na História seria uma forma de expressar o seu valor e suas condições. Isto seria inerente aos grupos sociais, portanto, o discurso sobre Sumé, presente no *site*, não seria diferente. Segundo Featherstone (2003), *“o problema se torna, então, não o que colocar no arquivo, mas o que alguém se atreve a deixar fora dele”*, de forma que o arquivo possa estabelecer as bases do discurso sobre a cidade, em torno de idéias mais ou menos já assimiladas. Sendo assim, esse processo de escolha e de apreensão de sentidos é permeado pela necessidade de arquivo inerente à sociedade, sendo que no caso do *site*, há uma busca em suscitar o pertencimento e a identificação dos “sumenautas”.

Evidencia-se, assim, segundo Amaral Jr. (2001, p.309), a busca por elementos que garantam a identificação, por isso, a sua afirmativa de que *“esta identificação é obtida pela recorrência aos princípios tradicionais projetados na comunidade. O fundamento só se mantém se assegurar a continuidade da comunidade. E para isso é fundamental a interpelação pelo pertencimento comunitário”*.

Do que expusemos até aqui, podemos considerar que o *site não oficial da cidade de Sumé na Paraíba* é um conjunto de discursos que visa

o envolvimento dos “sumenautas”, ou seja, dos que acessam o seu conteúdo. Sendo assim, a partir de mecanismos de identificação e de chamados ao pertencimento, por exemplo, a montagem da história da cidade, evidenciando tópicos que estejam de alguma maneira situados no imaginário dos indivíduos. De acordo com o que foi visto, a desaturização proposta por Benjamim (1994) como consequência da reprodutibilidade técnica, em se tratando do *site* de Sumé, pode ser a busca por um restabelecimento da aura, uma tentativa de reforçar a tradição quanto a região, a cidade, isso explicaria o uso do passado como instigante apelo ao pertencimento no presente.

Considerações finais

Retomemos, neste momento, a monografia como um todo. Pode-se considerar que a discussão sobre comunidade virtual, após as observações feitas principalmente no capítulo um, envolve uma série de categorias pertinentes à teoria sociológica clássica. O embate relacionado à memória coletiva previamente estruturada mantém-se sob a questão do pertencimento cultural e às questões relacionadas ao universal.

Adotamos a perspectiva do pertencimento, sentido e confirmado no cotidiano, e só assim encontramos sentido na busca por conservar algum tipo de memória que resulta na construção do arquivo. Como diz Derrida (2001, p. 29) “*o arquivamento tanto produz quanto registra o evento*” e neste processo o discurso se propaga e se refaz.

Ao mesmo tempo a comunidade nos moldes tradicionais e a comunidade virtual procuram estabelecer contatos a partir de uma memória comum a todos. O *sentimento de apego à terra natal* designado por Weber nos foi muito caro e norteador, para o entendimento do pertencimento comunitário. Dessa forma, o apelo à memória se baseia no sentimento de pertencimento e a busca de fugir da solidão discutida através de Simmel, como noções centrais no pensamento sociológico. O

que percebemos é o deslocamento entre estar no grupo literalmente e o fato de que, a partir do uso das novas tecnologias, o contato virtual estabeleceu a diferença fundamental.

A identidade do “sumenauta”, por mais que pareça à primeira vista estranha, nos diz muito. Tomamos esta questão como uma redefinição da identidade do sumeense. Seria uma adaptação do nome da cidade, que tem um profundo significado se tomarmos a questão do seu mito fundador. Acrescido da idéia de “nau”, navegação na Internet, temos assim a imputação da identidade que revela a passagem entre o real e o virtual.

Disto abstraímos que o sumeense tem necessidade de estabelecer seu pertencimento cultural e está buscando isto até as últimas e mais modernas vias através do computador como mediação eletrônica, devido ao site www.sume.cjb.net. A experiência de identificação que o site busca provocar demonstra a procura de fugir da fragmentação decorrente da modernidade, seria como um meio de fincar raízes neste novo território virtual, o que quebraria, ao menos um pouco, a noção de desterritorialização, proporcionando um reordenamento do território, enfim, visando a manutenção da tradição e de instâncias que fundaram a percepção do sumeense, agora imputada ao “sumenauta”.

Podemos dizer que o site de Sumé seria uma adaptação ao momento, mas percebemos algo mais, ou seja, a adaptação às novas formas de comunicação e manutenção da cultura local, como uma forma de expor a cidade. Para isso, através do arquivo digital surge a possibilidade de reformulação da identidade e a partir das noções inerentes à comunidade tradicional ampliar a sua propagação através do arquivamento eletrônico que busca aprimorar o pertencimento, ampliando-o ao ciberespaço, fluido e desterritorializado.

No entanto, o pertencimento como um construto que apela para a experiência memorizada se refaz no site da cidade, quando reaproveita as histórias que configuram o cenário local e trazem para as novas gerações

a perpetuação da cidade. É bem provável que os fatos que têm sido veiculados pelo site, estejam se tornando um ponto de referência para se conhecer a cidade em seus mais variados aspectos. Pois, a partir da exposição do passado e do presente, os que acessam o site podem se identificar como “sumenautas” e, mesmo que estejam em qualquer lugar do mundo se sentirem pertencentes à cidade, mesmo que seja uma cidade evocada das lembranças, virtualmente, mas construída com base na tradição e em vias de perpetuação de um mito, onde nome e cidade se confundem.

Não obstante, para abordarmos a questão da comunidade virtual precisamos passar pela fundamentação teórica da sociologia sobre comunidade, o que nos fez sentir os demais deslocamentos provocados pelo avanço da modernidade, mas também seus reordenamentos, principalmente quando tratamos dos discursos envolvidos. As concepções sobre comunidade consideradas se inserem na discussão do iluminismo e entre as proposições hermenêuticas de apelo à cultura como fator determinante das relações e construções dos indivíduos.

Do exposto acima, podemos assegurar que a sua importância foi primeiramente a de garantir um cunho teórico calcado nas Ciências Sociais em seu pensamento mais abrangente, e segundo, para percebermos como se reconfigura a teoria de comunidade. Vale ressaltar, em linhas gerais, que este aspecto é trazido pelos autores citados como uma passagem do mundo tradicional para o moderno. Fica a pergunta: O que isso tem haver com Sumé? Podemos perceber ao longo da análise do site que uma cidade pequena, do interior da Paraíba, também passa por momentos de fragmentação e de adaptação à lógica global. Ou seja, haveria uma confrontação entre a localidade e mundo como um todo, isto leva a busca de soluções e a necessidade de reafirmação da postura identitária da cidade. De qualquer forma, todo este movimento não é absolutamente inédito. Sempre que ocorrem mudanças no mundo, mais dia menos dia as reações acontecerão. Portanto, o discurso do *site*, não hesita em se

ajustar às mudanças, tratando de manter suas tradições, ou seja, a sua memória coletiva em constante arranjo para que não ocorram distorções o que garante uma origem e um destino ao discurso bastante determinados.

Mas, se por um lado, fica claro a questão do sumeense e sua exposição diante do mundo através da Internet, por outro, como entendemos a estrutura e o conteúdo do arquivo eletrônico? A composição do site no ciberespaço toma por base a experiência da cidade desde sua fundação até os dias atuais. Retoma a questão do nome da cidade como construto da identidade do sumeense e conseqüentemente do "sumenauta", o que favorece a disseminação do discurso oficial, mesmo que não seja afirmado desta forma. As questões como região e regionalismo são moldadas e se imbricam através de mecanismos de imputação de identidade que figuram no discurso do site como busca de fortalecimento da memória coletiva o mais tradicionalmente possível. Sendo assim, é através de fatos passados e do emprego da cientificidade que o site remonta a memória da cidade. Vale ressaltar, ainda, que o site traz momentos de informação sobre os "sumenautas", demonstrando como eles estão vivendo e demonstrando suas conquistas pelo mundo afora. Entendemos que isto é uma forma de manter a interconexão, pois só assim se processa o interesse e o sentimento de pertencimento que busca, efetivamente, na desterritorialização da rede, reterritorializar o "sumenauta" por tratar-se de um aparato tecnológico que transcende a efetiva participação frente a frente, desaguando na interação *on line*, via rede, mas que,

Neste mundo ficcional, o ciberespaço é uma rede de informação eletrônica global, a "matriz", que os operadores podem acessar (jack-in) através de elmos [head sets] (´trodes`) via um computador terminal (´cyberspace deck`). Uma vez na matriz, os operadores podem voar e acessar [zoom into] qualquer parte do sistema de dados da realidade virtual tridimensional, codificado em várias formas arquitetônicas icônicas coloridas, arranjados abaixo dela como vasta metrópole: uma cidade de dados, uma biblioteca borgeana de vastos bancos de dados contendo toda a riqueza depositada de uma cultura, onde cada documento está potencialmente disponível, toda gravação executável e cada quadro visível (Featherstone, 2003, pp. 22-23).

Em sua instigante e original interpretação do ciberespaço, Featherstone destaca neste universo que, aos ouvidos e olhos desatentos, mais pareceria a descrição de um filme de ficção científica futurista. Mas não é bem assim, esta riqueza de detalhes do ciberespaço e suas formas de mecanismos tecnológicos estão aí, mesmo que não ao alcance de todos mas de muitos e isto tem crescido. Embora o autor esteja falando do ciberespaço em geral, podemos nos apoiar em sua discussão e fazer algumas considerações.

Esta "cidade de dados" contendo os mais variados assuntos possibilita a redefinição do "nordestino", "paraibano", enfim do "sumeense" através da sua aplicabilidade no tocante a inovações comuns e a busca do arquivamento da memória de uma cidade como Sumé, para manter as suas tradições. Uma "*riqueza depositada*" digitalmente que, na lógica do princípio arcôntico (Derrida, 2001), modela e cria um novo tipo de identificação e pertencimento.

Referências

- ACHARD, Pierre. 1999. Memória e produção discursiva do sentido. In: _____ . [et al.] . *Papel da memória*. Campinas , SP: Pontes.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. 2001. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez. 2ª ed.
- AMARAL JR., Aécio. 2001. "Memória, identidade e poder: mito e tradição no discurso governamental pernambucano". In: *Revista AntHropológicas*, ano 6, v. 13, Série Imaginário: Recife. Pp.299-311
- BAUMAN, Zygmunt.2003. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BECKER, Howard S. 1997. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*.: São Paulo: Editora Hucitec. 3ª ed.
- BENJAMIM, Walter. 1994 *Experiência e Pobreza*. In. _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasilense. (Obras escolhidas; vol. 1)
- _____. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. In. _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasilense. (Obras escolhidas; vol. 1)
- BOURDIEU, Pierre. 1998. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2ª edição.

- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- CAYGILL, Howard. 2003. Meno e a Internet: entre a memória e o arquivo. In: FERREIRA, Jonatas (Org.). *A Vertigem do Humano: Cultura, Política e Fronteira Tecnológica na Era da Informação*. p.47-59. (no prelo)
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. – (Coleção Tópicos)
- FEATHERSTONE, Mike. 2003. "Culturas de Arquivo". In: FERREIRA, Jonatas (Org). *A Vertigem do Humano: Cultura, Política e Fronteira Tecnológica na Era da Informação*. p. 18-46. (no prelo)
- FERREIRA, Jonatas & AMARAL, Aécio. 2004. Memória eletrônica e desterritorialização: a reconfiguração digital do social. *Revista Política & Sociedade*. Florianópolis, n.4.
- FERREIRA, Jonatas. 2003. "A produção de Memória Biotecnológica e suas Conseqüências Culturais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n. 53.
- GIDDENS, Anthony. 1994. As obras de juventude de Durkheim. In: - _____ . *Capitalismo e Moderna Teoria Social. Uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber*. Lisboa: Editorial Presença.
- HALBWACHS, Maurice. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- HALL, Stuart. 2002. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. – Rio de Janeiro: DP&A.
- LEMOS, André, CUNHA, Paulo (orgs). 2003. *Olhares sobre a cibercultura*. Porto Alegre: Sulina.
- LÉVY, Pierre. 1993. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34. _____ . 1999. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34. _____ . 1996. *O que é o virtual?* São Paulo: Ed. 34.
- ORLANDI, Eni P. (org). 2003. *Discurso fundador*. Campinas, São Paulo: Pontes, 3ª edição.
- PENNA, Maura. 1992. *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina*. São Paulo: Cortez.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. 1999. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo/Ed. 34.
- SIMMEL, Georg. 1979. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- TÖNNIES, Ferdinand. 1973. Comunidade e Sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (org.). *Comunidade e Sociedade*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, EDUSP.
- WEBER, Max. 1994. Relações Comunitárias Étnicas. In: _____ . *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 3ª edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.
- WEBER, Max. 1979 *Conceito e Categorias da Cidade*. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.